



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPETÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2019-0090

BI-2019-0084

1 – Dados da inspeção

Data: 16/09/2019

Hora: 10h30

Tipo: Ação Direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: Cláudia MFG. Rosa

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/201, de 5 de agosto.

De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários a inspeção foi previamente comunicada ao operador. O operador fez-se representar pelo responsável do estabelecimento, o qual forneceu os esclarecimentos pertinentes, facultou o acesso à documentação relevante e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, SA

NIPC: 512000549

Sede: Rua Maestro Edmundo Machado Oliveira n.º 22

Código Postal: 9500-732

Freguesia: Santa Clara

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

2.2 – Estabelecimento inspecionado

2.2.1 – Dados gerais

Nome: Parque de GPL da Horta

Endereço: Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral

Código Postal: 9900-062

Freguesia: Horta (Angústias)

Concelho: Horta

Ilha: Ilha do Faial

Atividade: 52102 - Armazenagem não frigorífica



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Outras atividades: Engarrafamento de gás butano

Período de funcionamento Das 8h às 17h, de 2ª a 6ª

Licenciamento da atividade: Alvará da Direção regional da Energia n.º 1132, de 18 de maio de 2000, válido por 20 anos.

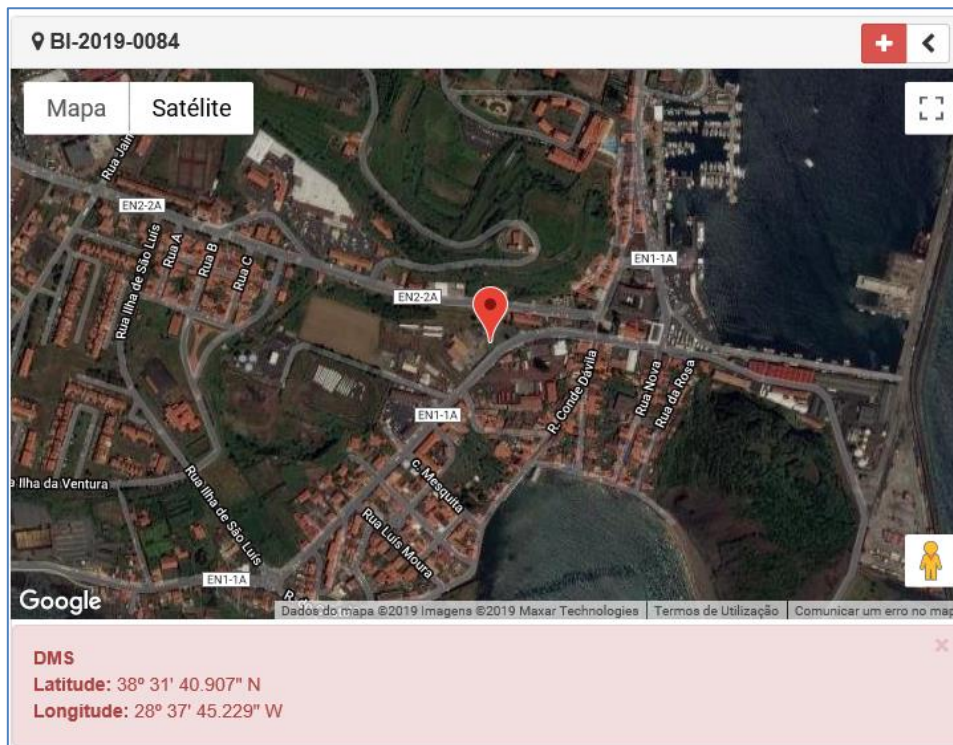


Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2.2.2 – Enquadramento no regime de prevenção de acidentes graves

Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Butano (GPL)		18 – Gases inflamáveis liquefeitos, categoria 1 ou 2 (incluindo GPL) e gás natural	455
Gasóleo (I)		34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	0,15
Etilmercaptano (I)	Perigos físicos P5a; Perigos para o ambiente E1		0,05

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

Início de atividade: 1975

Enquadramento no DL 150/2015: Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível superior

Integra grupo de efeito dominó? ☒ Não

☐ Sim

2.2.3 - Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Atividade	Descrição sumária da atividade												
Receção de substâncias perigosas	O GPL é recebido por gasoduto a partir de navio butaneiro atracado no Porto da Horta. A receção é feita com os recursos humanos e materiais do próprio estabelecimento e com apoio de um piquete dos Bombeiros Voluntários da Horta. Em média é realizada uma receção de produto por mês.												
Armazenagem de substâncias perigosas	<p>O GPL recebido do navio butaneiro é odorizado com etilmercaptano e armazenado em três reservatórios cilíndricos horizontais, de montagem aérea. Normalmente existe também uma quantidade variável de GPL armazenado em vasilhame (parque de garrafas) a aguardar expedição.</p> <p>No quadro seguinte encontram-se identificados os reservatórios fixos existentes no estabelecimento, a respetiva capacidade e o produto armazenado.</p> <table><tr><th>Reservatório</th><th>Capacidade (m³)</th><th>Produto</th></tr><tr><td>B1</td><td>250</td><td>Butano</td></tr><tr><td>B2</td><td>250</td><td>Butano</td></tr><tr><td>B3</td><td>250</td><td>Butano</td></tr></table>	Reservatório	Capacidade (m³)	Produto	B1	250	Butano	B2	250	Butano	B3	250	Butano
Reservatório	Capacidade (m³)	Produto											
B1	250	Butano											
B2	250	Butano											
B3	250	Butano											
Utilização / transformação de substâncias perigosas	<p>No estabelecimento existe uma estação de enchimento de garrafas, com uma linha de enchimento em carrocél para as tipologias G-26, G-24 e G-22 e linhas de enchimento fixas para as restantes. Todas as garrafas são previamente inspecionadas, sendo rejeitas as que não reúnem os requisitos necessários.</p> <p>O estabelecimento está dotado de uma estação de bombagem (fase líquida e fase gasosa) para a movimentação do butano entre reservatórios e entre os reservatórios e a estação de enchimento.</p>												
Expedição de substâncias perigosas	Todo o butano é expedido em garrafas acondicionadas em grades. Existe um empilhador para apoio à carga e descarga dos camiões de transporte.												
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	As atividades relacionadas com a operação normal do estabelecimento, tais como descarga de navios, enchimento de garrafas, e pequenos trabalhos de manutenção, são executadas pela SAAGA.												

2.2.4 – Alterações relevantes desde a última inspeção

Âmbito	Descrição sumária das alterações relevantes desde a última inspeção (15-05-2018)
Gestão / negócio	Sem alteração.
Pessoal	Sem alteração.
Tecnologia / equipamentos	Sem alterações relevantes.
Instalações / envolvente	Sem alteração.
Alteração substancial? (art. 25.º DL 150/2015)	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3 – Verificação das obrigações associadas aos instrumentos de prevenção

As referências feitas no presente capítulo à APA, à IGAMAOT e à ANPC devem entender-se como sendo feitas às entidades regionais competentes na matéria, respetivamente, a Direção Regional do Ambiente (DRA), a Inspeção Regional do Ambiente (IRA) e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

3.1 – Comunicação da informação (anterior notificação)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador comunica, através de formulário, que inclui os elementos definidos no anexo II do DL 150/2015, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário; ii) Outro estabelecimento, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente; Efetuou a primeira comunicação em 2001, ao abrigo do DL n.º 164/2001.
b) O operador atualiza a comunicação previamente à ocorrência das seguintes situações: i) Alteração substancial de um estabelecimento sempre que haja alteração da informação constante da comunicação; ii) Alteração da classificação de substâncias perigosas presentes, por via da alteração legislativa ou por autotransferência, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento, de nível inferior para superior ou vice-versa; iii) Alteração da informação constante das alíneas a), b) e c) do anexo II ao DL 150/2015.	n.º 2, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	Foi efetuada uma atualização da comunicação em 03-08-2016. Desde aquela data não se verificaram alterações que obrigassem a nova atualização.
c) O encerramento definitivo ou desativação do estabelecimento é comunicado previamente pelo operador à APA, I. P., e à IGAMAOT e, no caso de estabelecimento de nível superior, também à ANPC, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver presença de substâncias perigosas no estabelecimento.	n.º 3, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador define uma política de prevenção de acidentes graves, que deve constar de documento escrito.	n.º 1, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi evidenciado documento escrito com data de 17-03-2014.
b) A política de prevenção de acidentes graves deve ser proporcional ao perigo de acidentes graves e incluir: i) Os objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente; ii) O papel e a responsabilidade da gestão de topo; iii) O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.	n.º 2, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Evidenciado no documento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) A política de prevenção de acidentes graves é revista e, se necessário, atualizada: i) De cinco em cinco anos, considerando, se aplicável, a informação disponibilizada pelos operadores dos estabelecimentos de grupo de efeito dominó; ii) Sempre que se introduza no estabelecimento uma alteração substancial.	n.º 4, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Consta da ata da reunião da revisão pela gestão, realizada em 07-05-2019, que a política de prevenção de acidentes graves foi analisada e considerada adequada, pelo que não sofreu alterações.

3.3 – Relatório de segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior elabora e submete o relatório de segurança, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorra que o estabelecimento passe a ser de nível superior, tendo em atenção o disposto no artigo seguinte; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente; elaborou o relatório de segurança em 2008, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 254/2007.
b) O operador de estabelecimento de nível superior revê e, se necessário, atualiza o relatório de segurança, e submete a versão atualizada ou partes atualizadas do mesmo, nas seguintes situações: i) Previamente à introdução de uma alteração substancial do estabelecimento; ii) Periodicamente de cinco em cinco anos; iii) Na sequência de acidente grave; iv) Sempre que novos factos ou conhecimentos o justifiquem, por iniciativa do operador ou a pedido da autoridade ambiental.	n.º 2, art. 18.º DL 150/2015	Não cumprido	A última revisão do relatório de segurança, aprovada por despacho do Diretor Regional do Ambiente datado de 14-07-2014, foi efetuada em março de 2014. À data da inspeção o relatório de segurança encontrava-se em processo de revisão, prevendo o operador que a mesma esteja concluída até final de 2019.
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração substancial antes da aprovação do relatório de segurança.	n.º 10, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	
d) Se da revisão do relatório de segurança o operador verificar não ser necessária a sua atualização, deve apresentar a fundamentação dessa opção.	n.º 3, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
e) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança e suas atualizações, o operador deve cumprir as condições constantes do parecer.	n.º 2, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.4 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador apresenta à APA, I. P., até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento.	n.º 1, art. 20.º DL 150/2015	Cumprido	A auditoria foi realizada no dia 19-02-2019 e o respetivo relatório foi remetido à DRA no dia 20-03-2019.
b) A auditoria é obrigatoriamente realizada por verificadores qualificados pela APA, I. P.	n.º 2, art. 20.º DL 150/2015	Cumprido	Auditoria realizada pelo verificador SGSPAG n.º 24.

3.5 – Plano de emergência interno (PEI) / plano de emergência interno simplificado (PEIS)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora o plano de emergência interno/Plano de emergência interno simplificado de acordo com as orientações fixadas pelas autoridades ambiental e de proteção civil, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 1, art. 22.º DL 150/2015 n.º 1, art. 23.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente; possuía PEI válido à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015.
b) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo que preste serviço no estabelecimento de nível superior são consultados pelo operador para efeitos de elaboração e da atualização do plano de emergência interno.	n.º 2, art. 22.º DL 150/2015	Cumprido	Consulta efetuada no âmbito da revisão do PEI efetuada em setembro de 2016.
c) Os planos de emergência internos e os planos de emergência internos simplificados são revistos e, se necessário, atualizados: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015	Cumprido parcialmente	Desde 2016 tem havido atualizações pontuais da documentação do PEI (contactos, fichas de dados de segurança, entre outros). Estava em curso a revisão do PEI tendo em vista integrar as implicações relevantes resultantes da revisão do relatório de segurança. Por isso, a conclusão da revisão PEI estava dependente da conclusão da revisão do relatório de segurança.
d) O plano de emergência interno e o plano de emergência interno simplificado são colocados à disposição da APA, I. P., da ANPC, da IGAMAOT, da câmara municipal e da entidade licenciadora, coordenadora ou competente para a autorização do projeto, sempre que solicitado.	n.º 3, art. 22.º DL 150/2015 n.º 2, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	

3.6 – Plano de emergência externo

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior fornece à ANPC, de acordo com as orientações fixadas por essa autoridade, a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, nas seguintes situações: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 2, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente; remeteu informação à Câmara Municipal da Horta para elaboração do PEE em 17-01-2011, ao abrigo da legislação em vigor naquela data.
b) A informação necessária à elaboração do plano de emergência externo é revista e, se necessário, atualizada: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015 n.º 3, art. 24.º DL 150/2015	Cumprido	Foi remetida à Câmara Municipal da Horta e ao SRPCBA a nova versão do PEI datada de setembro de 2016.

3.7 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador deve realizar os seguintes exercícios de aplicação dos planos de emergência: i) Plano de emergência interno: no mínimo, uma vez por ano; ii) Plano de emergência Interno simplificado: no mínimo, de dois em dois anos; iii) Exercícios conjuntos dos planos de emergência de estabelecimentos que integrem um grupo de efeito dominó: no mínimo, de três em três anos.	n.º 1, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	Foi realizado um simulacro em 11-10-2018, simulando uma fuga de gás em fase líquida na válvula de saída do reservatório B2. No simulacro participaram os Bombeiros Voluntários Faialenses e a Polícia de Segurança Pública. Estava agendada a realização de um novo exercício para 24-10-2019.
b) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência devem ser comunicados à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT e à câmara municipal, com uma antecedência mínima de 10 dias.	n.º 3, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	A realização do exercício de 2018 foi comunicada por e-mail no dia 21-09-2018. O de 2019 foi comunicado por e-mail no dia 16-09-2019.
c) A câmara municipal realiza exercícios de aplicação do plano de emergência externo, no mínimo de três em três anos, e comunica a sua realização à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT, com uma antecedência de 10 dias.	n.º 2, art. 27.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.8 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) No prazo de 30 dias, após a comunicação da APA, I. P., o operador envia aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo de efeito dominó a informação com o seguinte conteúdo mínimo: i) Descrição das atividades desenvolvidas; ii) Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança; iii) Representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó, a qual é de carácter facultativo para os estabelecimentos não enquadrados no nível superior.	n.º 3, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	O estabelecimento não integra um grupo de efeito dominó.
b) O operador tem em conta a informação disponibilizada pelos estabelecimentos identificados em grupos de efeito dominó, nomeadamente a relativa à natureza e extensão do perigo global de acidente grave, na sua política de prevenção de acidentes graves, no sistema de gestão da segurança, no relatório de segurança, no plano de emergência interno e na informação necessária à elaboração do plano de emergência externo.	n.º 5, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.9 – Avaliação de compatibilidade de localização

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador requer a avaliação da compatibilidade, acompanhado de um estudo das zonas de perigosidade do estabelecimento nas seguintes situações: i) Projeto de implantação de novo estabelecimento; ii) Projeto de alteração substancial.	art. 8.º e 9.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente. Não houve alterações substanciais no estabelecimento
b) No caso de decisão favorável condicionada, o operador deve cumprir as condições estabelecidas.	n.º 3, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração antes de decisão da APA, I. P., que ateste a compatibilidade de localização dos projetos.	n.º 4, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.10 – Cadastro de zonas de perigosidade

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador envia, através de formulário, proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento, nos seguintes prazos: i) Até um ano, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível superior; ii) Até dois anos, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível inferior; iii) Até à entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações; iv) Até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015, no caso de outro estabelecimento.	art. 12.º DL 150/2015	Cumprido	O formulário foi remetido à Direção Regional do Ambiente em 04-08-2016.

3.11 – Informação ao público

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora, divulga e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI.	n.º 1, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	A informação encontrava-se disponível em www.saaga.pt
b) A informação prevista no número anterior é atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando ocorra uma alteração substancial do estabelecimento.	n.º 2, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	A última atualização datava de 13-02-2019.

3.12 – Responsabilidade ambiental

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	O estabelecimento encontrava-se abrangido por um seguro de responsabilidade ambiental celebrado pela Petróleos de Portugal – Petrogal, SA com a seguradora AIG Europe, Limited, válido até 01 de abril de 2020.

4 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

4.1 – Garantia de meios e estruturas adequados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<p>a) O operador é responsável pela implementação da política de prevenção de acidentes graves, garantindo a existência de meios e estruturas adequadas e de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves (estabelecimento de nível superior) ou sistemas de gestão adequados (estabelecimento de nível inferior).</p> <p>O sistema de gestão de segurança deve ser proporcional aos perigos, às atividades industriais e à complexidade da organização do estabelecimento e basear-se na avaliação dos riscos.</p> <p>O sistema de gestão de segurança integra a parte do sistema de gestão geral que inclui a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos que permitem determinar e pôr em prática a política de prevenção de acidentes graves.</p>	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	<p>O operador tinha implementado um sistema de gestão para a prevenção de acidentes graves (SGSPAG) auditado nos termos do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 150/2015. Na auditoria realizada em março de 2019 o sistema foi considerado conforme.</p> <p>O estabelecimentos encontrava-se também abrangido por sistemas certificados de gestão da qualidade (ISO 9001:2015) e da segurança (OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008).</p>

4.2 – Organização e pessoal

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<p>a) Funções e responsabilidades do pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização em conjunto com as medidas destinadas a reforçar a sensibilização para a necessidade de melhoria contínua. Identificação das necessidades de formação desse pessoal e organização dessa formação. Participação do pessoal, incluindo subcontratados a operar no estabelecimento, relevante do ponto de vista da segurança.</p>	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	<p>As funções e responsabilidades do pessoal encontram-se definidas no manual de funções que integra a documentação desenvolvida no âmbito dos sistemas de gestão.</p> <p>O operador realiza o levantamento das necessidades de formação, que dá origem à elaboração de um plano de formação anual.</p> <p>Desde a última inspeção foram realizadas as seguintes ações de formação externas, na área da prevenção de acidentes graves:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combate a incêndios industriais (dois dias), ministrada pela Associação Humanitária de Bombeiros do Faial (10 participantes); - Curso de planeamento e gestão de emergência de proteção civil (12 horas), ministrado pelo SRPCBA (1 participante); - Medidas de autoproteção (1 dia), ministrada pela EQS (10 participantes). <p>Foi também evidenciada a realização de ações de sensibilização internas, designadamente sobre a aplicação do PEI.</p>

4.3 – Identificação e avaliação dos perigos de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<p>a) Adoção e implementação de procedimentos para identificação sistemática dos perigos de acidentes graves que possam surgir em condições normais e anormais de funcionamento, incluindo atividades subcontratadas, se relevante, e avaliação da probabilidade de ocorrência desses acidentes e da sua gravidade.</p>	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	<p>Foi realizado um estudo com a identificação e análise dos riscos de acidente grave em conformidade com o previsto no n.º 5 do anexo IV do Decreto-Lei n.º 150/2015. Este estudo foi revisto em 2017 para efeitos da preparação da revisão do relatório de segurança.</p> <p>Por outro lado, é realizada periodicamente uma avaliação dos riscos de acordo com a IT 10.07 cuja última atualização datava de 2018.</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.4 – Controlo operacional

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos e instruções para o funcionamento em condições de segurança, incluindo operações de manutenção, processos, equipamento, gestão dos alarmes e paragens temporárias; tendo em conta as informações disponíveis sobre melhores práticas em matéria de monitorização e controlo para reduzir o risco de falha do sistema; gestão e controlo dos riscos associados ao envelhecimento do equipamento existente no estabelecimento e corrosão; inventário do equipamento do estabelecimento, estratégia e metodologia para monitorização e controlo do estado do equipamento; seguimento apropriado e quaisquer medidas necessárias.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Na documentação dos sistemas de gestão implementados no estabelecimento estão contemplados diversos procedimentos e instruções que visam garantir a integridade dos equipamentos e a segurança das operações e instalações. Foram selecionados alguns objetos da listagem de objetos críticos para verificar os respetivos registos de manutenção preventiva / calibração, designadamente o detetor catalítico DC-3005 e a válvula de segurança VV-3034, concluindo-se que os mesmos estavam conformes. Verificou-se a implementação de medidas corretivas em resultado de uma inspeção interna periódica de rotina ao cilindro B1 (OT15279). Verificou-se ainda a listagem das autorizações de trabalho emitidas em 2019 e analisaram-se sumariamente alguns registos.

4.5 – Gestão das modificações

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para o planeamento das modificações a introduzir ou para a conceção de uma nova instalação, processo ou local de armazenagem.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Desde a última inspeção foram registadas duas mudanças sujeitas à aplicação do procedimento para planeamento das modificações, uma relacionada com alteração de pessoal e outra relacionada com a avaria da máquina detetora de fugas.

4.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificar emergências previsíveis através de uma análise sistemática, e para preparar, testar e rever planos de emergência a fim de responder a essas emergências, proporcionando formação específica ao pessoal em causa. Essa formação deverá ser dada a todo o pessoal que trabalhe no estabelecimento, incluindo o pessoal subcontratado relevante.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Os procedimentos para identificação de emergências e para elaboração e revisão do plano de emergência constam do relatório de segurança. São realizados exercícios internos para treino da aplicação do plano de emergência, com periodicidade mensal.

4.7 – Monitorização de desempenho



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados a uma avaliação contínua do cumprimento dos objetivos fixados pelo operador no âmbito da política de prevenção de acidentes graves e do sistema de gestão da segurança e introdução de mecanismos de investigação e de correção em caso de não cumprimento. Os procedimentos devem englobar o sistema de comunicação de acidentes graves ou de incidentes, nomeadamente os que envolveram falha nas medidas de proteção, e a sua investigação e acompanhamento, com base nas lições aprendidas. Os procedimentos podem também incluir indicadores de desempenho, nomeadamente em matéria de segurança, e outros indicadores pertinentes.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador elabora anualmente um quadro de indicadores dos processos AQS tendo em vista monitorizar o desempenho da instalação nas áreas da qualidade, do ambiente e da segurança. Os indicadores são avaliados com periodicidade trimestral. Analisados os indicadores de 2019, 1º e 2º trimestres, verificou-se um elevado grau de cumprimento dos objetivos relacionados com a prevenção de acidentes graves e combate a emergências.

4.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados à avaliação periódica e sistemática da política de prevenção dos acidentes graves e da eficácia e adequação do sistema de gestão da segurança. Revisão documentada dos resultados da política e do sistema de gestão da segurança e a sua atualização pela gestão de topo, incluindo a consideração e integração das alterações necessárias, resultantes da auditoria e da revisão.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi efetuada a revisão anual pela gestão, em reunião datada de 07-05-2019 que ficou documentada em ata.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- Decorreram mais de cinco anos desde o envio da informação relativa à última revisão do relatório de segurança, realizada em março de 2014, sem que o operador tenha concluído nova revisão. O incumprimento, pelo operador, do dever de envio da versão atualizada do relatório de segurança ou das partes atualizadas do mesmo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, constitui contraordenação leve, nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2);
- Decorreram mais de 3 anos desde a última revisão do plano de emergência interno, realizada em setembro de 2016. O incumprimento do dever de atualização de três em três anos do plano de emergência interno, constitui contraordenação leve, nos termos da alínea h) do n.º 3 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

6 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

1. Notificação do operador para evidenciar, até 31 de dezembro de 2019, o seguinte:
 - a) Submissão da versão atualizada do relatório de segurança ou das partes atualizadas do mesmo, para aprovação pela Direção Regional do Ambiente;
 - b) Conclusão da revisão do plano de emergência interno.
2. Remessa do relatório de inspeção ao operador e à Direção Regional do Ambiente para conhecimento.